



Recebido em 22/04/2025

Aprovado em 27/08/2025

doi: 10.11606/0103-2070.ts.2025.236038

Cesar Pinheiro Teixeira, *Matar, converter, incluir: a trama da violência urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2023, 304 pp.

Por Diogo Silva Corrêa

École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França
<https://orcid.org/0000-0002-5932-7599>

Publicado em 2023, *Matar, converter, incluir: a trama da violência urbana no Rio de Janeiro*, de Cesar Pinheiro Teixeira, apresenta uma análise sociológica inovadora sobre as formas de enfrentamento da violência em contextos urbanos periféricos. Originalmente resultante de sua tese de doutorado, a obra chega ao público em versão revista e ampliada, oferecendo uma contribuição teórica marcante aos estudos sobre violência no Brasil. Teixeira, que há mais de uma década investiga a interface entre crime, religião e segurança pública, concentra-se aqui em três práticas apresentadas por diferentes atores como “soluções” para a violência urbana – matar, converter e incluir –, entendidas como estratégias concorrentes e complementares de sociabilidade nas favelas cariocas. O autor

já havia explorado dimensões centrais desse tema em trabalhos anteriores: ele investigou, por exemplo, a conversão religiosa de ex-traficantes e a construção da identidade do “ex-bandido” por meio do pentecostalismo, analisando a transição de uma subjetividade criminosa para uma subjetividade cristã através da conversão evangélica. Também examinou a figura do “policial social”, mostrando que o engajamento de policiais militares em projetos comunitários nas favelas “pacificadas” (UPPs) gera dinâmicas ambivalentes e conflitos nas relações locais, longe de uma simples melhoria automática. Mais recentemente, voltou-se ao sistema prisional, desvendando os dilemas morais da execução penal e evidenciando o caráter heterogêneo e conflituoso do processo de ressocialização de egressos, especialmente em torno de mecanismos como o exame criminológico (Teixeira, 2008, 2011a, 2011b).

Essa trajetória oferece o pano de fundo sobre o qual se inscreve *Matar, converter, incluir*. Com base nela, Teixeira (2023) elabora uma interpretação original da violência urbana como forma social atravessada por gramáticas morais específicas, consolidando-se como um dos trabalhos mais instigantes da última década sobre a produção social da violência no Brasil.

Apoiando-se em uma investigação empírica rigorosa e em elaboração teórica sofisticada, Teixeira concebe a violência urbana no Rio de Janeiro não como simples expressão de anomia ou falência institucional, mas como um modo de organização da vida coletiva sustentado por regimes morais e identitários que definem os destinos possíveis dos sujeitos criminalizados.

Nessa chave, ele não se limita a descrever práticas estatais e comunitárias de enfrentamento à criminalidade – como o extermínio policial, a conversão religiosa ou a reintegração via trabalho. Seu esforço analítico realiza um movimento duplo. Por um lado, desnaturaliza essas gramáticas morais ao evidenciar sua constituição histórico-social e sua efetivação por meio de dispositivos estatais, religiosos e criminais. Teixeira argumenta de forma convincente que ninguém nasce “bandido”, “ex-bandido” ou “matável”; ao contrário, *torna-se* como tal a partir de processos sociais específicos.

Por outro lado, ele recusa a suficiência de uma postura meramente desconstrutiva. Sua análise mostra que as gramáticas da subjetividade não operam apenas no plano dos discursos, mas se materializam por meio de essencialismos práticos – mecanismos cotidianos que produzem e fixam essências nos sujeitos, legitimando ou desautorizando determinadas formas de existência no espaço urbano. Se ninguém “nasce bandido” ou “ex-bandido”, é porque, ao longo do processo de sujeição, tornam-se – e se tornam por meio da incorporação efetiva e bem-sucedida de gramáticas da subjetividade historicamente disponíveis.

Dialogando criticamente com Michel Misse (1997, 1999) e Luiz Antonio Machado da Silva (1993), Cesar Teixeira propõe uma articulação original entre o conceito de *sujeição criminal* e a noção de *gramática da violência urbana*. Em vez de estabelecer um

vínculo direto com a ideia de “sociabilidade violenta” – concebida por Machado da Silva como um regime autônomo e estruturante das interações criminais –, Teixeira se apoia sobretudo na concepção da violência urbana como linguagem socialmente partilhada, dotada de regras morais práticas que orientam julgamentos, afetos e ações. Da formulação de Misse, ele retém a ideia de sujeição como dispositivo de produção identitária – um processo de essencialização moral que fixa sujeitos como “bandidos”. De Machado, extrai a chave analítica da gramática, compreendida como estrutura de inteligibilidade e de justificação das condutas cotidianas diante da violência.

Sua contribuição mais decisiva, no entanto, consiste em deslocar o debate de uma ontologia da violência (centrada em tipos de sociabilidade) para uma pragmática da subjetivação: ou seja, para a análise de como diferentes gramáticas morais – como as que legitimam o matar, o converter e o incluir – são mobilizadas em práticas situadas e performam sujeitos por meio de essencialismos práticos. Teixeira mostra que a sujeição criminal não é um processo linear ou unidimensional, mas uma dinâmica instável de assujeitamento e (des e res) sujeição, reconfigurada no interior de disputas entre múltiplas gramáticas da legitimidade moral e da valoração da vida. É esse deslocamento que lhe permite compreender a violência urbana como uma tecnologia moral de classificação e tratamento dos sujeitos, cuja operação se dá através da linguagem, da repetição e da disputa cotidiana sobre quem pode ou deve viver – e sob quais condições.

Para lidar com tais questões abrangentes, o livro organiza-se em seis capítulos. No primeiro, Teixeira parte da descrição de uma cena cotidiana – um almoço em um restaurante de favela durante uma operação policial – para

desenvolver o conceito de “efeito descompressor”: um momento em que a figura do “bandido” se torna foco de representações conflitantes e disputas morais intensas. A partir dessa cena inaugural, ele constrói uma cartografia precisa das práticas e discursos mobilizados por policiais, evangélicos e agentes sociais diante da figura socialmente instável e moralmente tensionada do criminoso.

No segundo capítulo, o autor propõe uma tipologia das trajetórias de engajamento, permanência e saída do chamado “mundo do crime”. Em oposição às interpretações que explicam a criminalidade exclusivamente por meio de estruturas ou racionalidades instrumentais, Teixeira destaca a multiplicidade de sentidos que os próprios atores atribuem às suas escolhas, revelando os dilemas, ambiguidades e regimes de justificação que atravessam suas experiências.

Essa problematização se aprofunda no terceiro capítulo, que empreende uma genealogia dos discursos sobre o crime e o criminoso, articulando perspectivas morais, psicopatológicas e sociais. O criminoso aparece, assim, como uma figura formada por processos reiterados de essencialização – mecanismos de estigmatização que naturalizam determinados sujeitos como portadores de uma subjetividade criminal. É nesse ponto que o autor introduz com mais clareza o conceito de sujeição criminal, compreendido como um processo de inscrição identitária que opera por meio da fusão entre categorias morais e classificações sociais, fixando certos sujeitos à condição de “criminoso nato” ou “matável”.

O quarto capítulo constitui o eixo teórico-empírico central da obra, no qual Teixeira analisa com minúcia os três dispositivos que estruturam sua hipótese analítica: matar, converter e incluir. Cada um deles é apre-

endido como uma forma específica de gestão da alteridade e produção de subjetividade no contexto urbano.

No eixo do “matar”, Teixeira explora a persistência da lógica do extermínio como resposta à criminalidade. Ele descreve, por exemplo, operações policiais letais em favelas e casos de justificação, analisando discursos que legitimam a violência letal contra quem é rotulado como “bandido”. Teixeira relaciona essa prática com uma cultura difundida no Rio de Janeiro – resumida na máxima “bandido bom é bandido morto” –, mostrando como o uso da força letal se insere numa moralidade que busca “limpar” a sociedade através da eliminação física do inimigo. Em diálogo com perspectivas clássicas da sociologia do crime, como a noção de *acumulação social da violência* (Misse, 1999), ele argumenta que o ato de matar compõe uma gramática socialmente inteligível: uma resposta extrema que muitos atores (do policial ao morador exasperado) entendem como necessária para restaurar uma ordem moral abalada pela criminalidade. Os méritos dessa parte da obra residem na fina articulação entre dados empíricos – relatórios oficiais de letalidade policial, depoimentos de agentes de segurança e moradores – e conceitos sociológicos, iluminando como a violência de Estado e paraestatal é justificada, vivida e contestada no cotidiano urbano. Sem incorrer em condenação ou apologia simplistas, Teixeira constrói aqui uma análise equilibrada: ele reconhece a crítica necessária a tais práticas, mas procura principalmente explicá-las sociologicamente, desvelando sua lógica interna.

No eixo do “converter”, Teixeira adentra o universo da religião, em especial do pentecostalismo evangélico, como caminho de redenção e contenção da violência. Ele mostra como igrejas pentecostais, presentes de forma capilar

nas favelas, oferecem a criminosos envolvidos no tráfico de drogas ou em gangues a possibilidade de se tornarem “ex-bandidos” – uma transformação identitária profunda, em que o indivíduo abandona a persona violenta para renascer como “irmão” na fé. Aproveitando sua pesquisa prévia sobre a conversão de criminosos, o autor traz relatos de ex-traficantes que encontraram na religião tanto uma fuga do ciclo da violência quanto uma nova rede de pertencimento. Empiricamente, ele descreve cultos, testemunhos e rotinas de igrejas em áreas conflagradas, evidenciando o discurso religioso que contrapõe a vida do crime (o “mundo”) à vida em Cristo. Conceitualmente, argumenta que a conversão funciona como uma tecnologia de si e uma gramática moral alternativa: em vez da linguagem das armas, aciona-se a linguagem da salvação. Aqui é destacado o poder do pentecostalismo de ressignificar biografias – o “bandido” passa a se ver e ser visto como “crente” –, ao mesmo tempo que se apontam os limites e tensões desse processo. Por exemplo, Teixeira nota que a convivência próxima entre traficantes ativos e convertidos nem sempre é pacífica: há casos em que a neutralidade do “ex-bandido” convertido é testada pela facção, ou em que a igreja atua como mediadora precária entre jovens e polícia. Ainda assim, o mérito dessa parte do livro é revelar como a religião, frequentemente ignorada nos debates de segurança pública, ocupa um espaço central na ecologia da violência urbana – funcionando não apenas como consolo espiritual, mas como ferramenta pragmática de pacificação de indivíduos e, por extensão, de comunidades inteiras.

Por fim, o eixo do “incluir” focaliza políticas e projetos de inclusão social como terceira vertente da resposta à violência. Teixeira analisa iniciativas estatais e da sociedade civil voltadas

a reintegrar populações vulneráveis: programas de esporte e cultura para juventude em áreas de risco, cursos profissionalizantes para egressos do sistema prisional, ações de assistência social nas favelas, entre outros. Inspirado por conceitos de cidadania e direitos, o discurso da inclusão aposta na prevenção do crime via oportunidades e pertencimento social. O autor oferece exemplos concretos, como projetos desenvolvidos após a pacificação de determinadas comunidades, e o trabalho de mediadores sociais (alguns deles policiais aposentados ou líderes comunitários) que buscam encaminhar jovens para trajetórias longe do crime. A análise mostra que, apesar das boas intenções e de casos individuais de sucesso, a inclusão social enfrenta obstáculos estruturais – falta de recursos continuados, resistências burocráticas e a própria ambiguidade do papel policial em ações comunitárias. Nesse ponto, Teixeira dialoga com sua pesquisa sobre policiais engajados em projetos sociais, apontando que os mesmos agentes do Estado envolvidos na repressão armada tentam, por vezes, assumir a função de promotores do desenvolvimento local, gerando conflitos de papel e expectativas contraditórias. Ele observa, por exemplo, que moradores podem desconfiar de projetos liderados pela polícia, enquanto os policiais sentem dificuldade em conciliar a lógica guerreira com a postura de assistente social. Ainda assim, a inclusão emerge no livro como uma gramática de ação distinta: fundada na esperança de que a transformação das condições de vida diminuirá a violência, em oposição tanto à resposta armada imediata quanto à aposta na transformação religiosa individual. Teixeira valoriza os ganhos dessa abordagem – redução de indicadores de criminalidade em áreas atendidas por UPPs com forte componente social, relatos de jovens desviados do tráfico graças a oportunidades educacionais –, mas não deixa de notar seus

limites, inclusive a dependência de vontades políticas voláteis e a dificuldade de escala diante da magnitude dos problemas urbanos.

O ponto nevralgico dessa análise reside na constatação de que tais práticas – matar, converter, incluir – não apenas reiteram, mas também tensionam e multiplicam as formas de (des ou res)sujeição criminal. Teixeira demonstra como agentes estatais, lideranças religiosas e operadores do terceiro setor atuam como vetores de ressubjetivação – ou melhor, de reessencializações moralmente orientadas, que procuram reencaixar o sujeito em categorias normativas de inteligibilidade. A sujeição criminal, tal como formulada por Misse, deixa então de figurar como destino ontológico irreduzível e passa a ser compreendida como ponto de partida instável, passível de recomposição moral e simbólica.

A reabilitação do sujeito – seja pela conversão religiosa, seja pela reinserção laboral ou social – depende da passagem por filtros específicos de regeneração. No entanto, Teixeira insiste que esses dispositivos não operam de forma isolada. Ao contrário: entrelaçam-se num campo relacional em que distintas gramáticas de subjetivação disputam hegemonia, reconhecimento e eficácia. É nesse campo dinâmico que o self emerge como figura instável e situada, atravessada por múltiplas exigências normativas. Nenhuma subjetividade é totalmente capturada por um único dispositivo; isso não quer dizer, contudo, que, em determinados contextos, uma gramática não possa se impor momentaneamente como dominante, organizando os critérios morais que definem quem deve viver, morrer, se redimir – ou ser descartado.

Dando continuidade a esse raciocínio, o quinto capítulo se debruça sobre figuras marginais e ambivalentes – o bandido convertido, o policial evangélico, o trabalhador ex-criminoso

– cujas trajetórias desestabilizam os binarismos convencionais que ainda estruturam grande parte das análises sobre periferia e violência urbana. Recorrendo a uma analogia com os estudos de gênero, pode-se sugerir que tais figuras operam como versões *queer* ou não binárias da gramática da violência urbana: sujeitos que transitam com fluidez entre diferentes regimes identitários, ou habitam zonas de indeterminação entre eles.

Em vez de se conformarem a identidades pré-estabilizadas, essas figuras emergem de processos contingentes e criativos, resultantes da fricção entre gramáticas morais concorrentes. Retomando o argumento desenvolvido por David Stark (2012) em outro contexto, Teixeira mostra como essas subjetividades se configuram precisamente a partir de experiências de dissonância, ou seja, da convivência – muitas vezes tensa, às vezes produtiva – entre princípios normativos distintos. É nesse terreno de experimentação e negociação que o autor introduz a noção de *repertórios mistos*: uma chave analítica que descreve os modos pelos quais os sujeitos articulam, deslocam ou tensionam diferentes gramáticas da subjetividade, recorrendo a formas táticas, improvisadas e, por vezes, contraditórias de engajamento moral e social.

No sexto e último capítulo, Teixeira sistematiza a arquitetura conceitual construída ao longo do livro, evidenciando suas implicações políticas e éticas para a compreensão dos regimes identitários que se erguem em torno da violência urbana. Cada gramática da subjetividade é tratada como uma estrutura relacional de produção de valor – capaz de distribuir diferencialmente a vida (e sua dignidade) e a morte (ou sua evitação) no espaço social. Tais gramáticas operam por meio de julgamentos morais essencializantes, que qualificam cer-

tos sujeitos como redimíveis e outros como descartáveis.

Ser nomeado como “bandido irrecuperável” não constitui apenas um estigma identitário: significa, para determinados agentes, tornar-se uma vida matável – uma existência já desprovida de valor moral e social. Por contraste, o “ex-bandido redimido” é aquele cuja subjetividade foi reconfigurada dentro de um regime de regeneração, tornando-se novamente uma vida passível de reconhecimento, proteção e dignidade. Essa oscilação entre desvalorização e recondução ao valor é central para entender como operam, em disputa, os critérios morais que sustentam as diferentes respostas sociais à criminalidade.

Inspirando-se em autores como Judith Butler, Didier Fassin e Michael Herzfeld, Teixeira propõe uma leitura da subjetividade como dispositivo prático, operando cotidianamente como tecnologia moral de legitimação da vida e da morte. Sem recorrer à denúncia moralizante nem se perder em abstrações conceituais, o autor demonstra – com raro rigor empírico – como categorias como “coração”, “alma”, “natureza” ou “índole” são mobilizadas por diferentes atores para justificar decisões e práticas concretas nos campos do policiamento, da fé e da assistência. É nesse ponto que a análise se converte em intervenção: ao descrever os mecanismos morais que regulam o valor das vidas, o livro nos força a confrontar o quanto, mesmo na vida cotidiana, seguimos operando fronteiras entre o que é salvável e o que pode ser descartado.

A conclusão, portanto, não se limita a um fechamento argumentativo, mas atua como uma convocação crítica: somos chamados a reconhecer os limites das categorias normativas com que classificamos sujeitos urbanos e a perceber como essas classificações definem

quem pode viver e quem pode morrer – e, sobretudo, em que condições uma vida volta a ser considerada digna de ser vivida. Com isso, o livro não apenas contribui à teoria social da violência urbana, mas propõe uma ética crítica da convivência, fundada no reconhecimento da pluralidade e da instabilidade das formas de vida.

Antes de concluir, cabe dizer que a grande contribuição de *Matar, converter, incluir* reside em articular esses três eixos – violência repressiva, conversão religiosa e inclusão social – dentro de um mesmo quadro interpretativo, sugerindo que eles compõem repertórios normativos ou “gramáticas” de ação que organizam a vida social em contextos de criminalidade periférica. Nesse sentido, a análise empreendida dialoga de forma produtiva com a teoria das gramáticas da ação social desenvolvida por Cyril Lemieux (2017), sociólogo vinculado à corrente pragmática da sociologia francesa. Para Lemieux, toda ação social é estruturada por regras implícitas e justificações compartilhadas – as chamadas “gramáticas” –, que permitem aos atores serem reconhecidos socialmente como agentes legítimos, capazes de julgar e agir adequadamente em suas respectivas comunidades.

Embora Teixeira não faça menção explícita a Lemieux, ambos compartilham uma perspectiva metodológica semelhante: ao explorar em profundidade as práticas do matar, converter e incluir, o autor evidencia justamente as normas tácitas, os valores subjacentes e os sentidos compartilhados pelos diversos atores envolvidos (policiais, traficantes, pastores, fiéis, assistentes sociais, entre outros). Cada uma dessas práticas corresponde, portanto, a um regime normativo particular: ao “matar”, mobilizam-se valores relacionados à justiça imediata e à autopreservação; ao “converter”,

acionam-se ideias de salvação espiritual e obrigações morais de transformação individual; e, finalmente, ao “incluir”, recorre-se a direitos sociais, méritos individuais e expectativas de cidadania. Essa leitura gramatical iluminada por Lemieux permite enxergar a originalidade do livro de Teixeira em refundar a análise da violência urbana num patamar que vai além da descrição fática – ele alcança o nível dos sentidos, razões e motivos, alinhando-se a uma sociologia compreensiva e crítica capaz de dialogar com contextos diversos. Assim, o arcabouço de Teixeira ganha amplitude teórica, mostrando-se aplicável para pensar outras realidades onde diferentes “soluções” à violência coexistem e competem.

Uma contribuição futura significativa de César poderia consistir justamente em avançar explicitamente na formulação de uma teoria gramatical da ação social, extrapolando o fenômeno específico da violência urbana e generalizando seu modelo analítico para outros contextos sociais atravessados por processos semelhantes de essencialização moral e práticas de legitimação subjetiva. Se em seu trabalho atual ele esclarece detalhadamente como práticas sociais específicas – matar, converter e incluir – se estruturam como regimes de ação dotados de regras próprias, expectativas definidas e repertórios de legitimação particulares, sua reflexão poderia ganhar ainda mais força teórica ao avançar em direção a uma abordagem gramatical mais ampla. Dessa forma, questões mais gerais poderiam ser levantadas a partir de diferentes contextos sociais, tais como: como se configuram socialmente o bem e o mal, o humano e o desumano, o legítimo e o ilegítimo?

Outro avanço possível, mas mais empírico que teórico, diz respeito à própria delimitação analítica do livro em três práticas: ainda que

abrangentes, “matar, converter, incluir” não esgotam todas as variáveis da violência urbana. Ficam à margem, por exemplo, dimensões como a corrupção e a convivência de agentes do Estado com o crime (que poderiam compor outra “gramática”, baseada na negociação e no lucro – para fazer referência às ditas “mercadorias políticas” de Misse), ou as milícias, que combinam elementos de extermínio e ordenamento comunitário peculiares. Teixeira reconhece em parte essas questões, mas foca deliberadamente nas três respostas mais legitimadas publicamente como soluções. Pesquisas futuras poderiam, inspiradas na estrutura trinitária proposta por Teixeira, explorar arranjos híbridos que escapam às fronteiras rígidas entre os dispositivos de matar, converter e incluir. Poder-se-ia investigar, por exemplo, como o “matar” e o “incluir” se entrelaçam em certas políticas de segurança contemporâneas – como nos programas que associam repressão armada à promessa de reintegração social –, ou ainda como a conversão religiosa é incorporada pelo próprio Estado, tornando-se política pública em parcerias com igrejas evangélicas. O caso dos Centros de Recuperação, onde a regeneração moral é delegada à fé e à disciplina espiritual, constitui um exemplo paradigmático dessa convergência entre dispositivos religiosos e mecanismos estatais de gestão da marginalidade. Além disso, embora Teixeira transite por diferentes pontos de vista nativos (policiais, fiéis, ex-criminosos, técnicos), sua análise poderia futuramente também se aprofundar nas tensões interseccionais: como gênero, raça e geração atravessam essas gramáticas? Jovens negros das favelas vivenciam de forma diferenciada o peso dessas três alternativas em comparação, por exemplo, com mulheres ou moradores de outras origens? Tais questões não obscurecem os achados do livro, mas indicam

fecundas trilhas para ampliar o quadro teórico-metodológico apresentado.

Em conclusão, *Matar, converter, incluir* consolida-se como uma obra de referência nos estudos sobre violência urbana no Brasil, combinando rara elegância teórica com uma base empírica densa e rigorosa. Cesar Teixeira entrega um estudo exemplar, que alia clareza argumentativa, sofisticação analítica e profundo comprometimento com a realidade social que descreve. Mais do que mapear práticas e discursos sobre a criminalidade nas favelas cariocas, o autor revela os dispositivos morais que organizam, disputam e regulam os destinos possíveis das vidas classificadas como desviantes. Com isso, não apenas documenta – mas ilumina – a vida urbana em seus impasses éticos e políticos, ampliando nosso repertório interpretativo e convocando a sociologia a decifrar, com atenção renovada, os códigos que estruturam a convivência nas margens da cidade brasileira contemporânea.

Referências Bibliográficas

- LEMIEUX, Cyril. (2017), *Gramáticas de la acción social: Refundar las ciencias sociales para profundizar su dimensión crítica*. Traducción de Ezequiel Martínez Kolodens. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (1993), “Violência urbana: representação de uma ordem social”. In: NASCIMENTO, Elymar & BARREIRA, Irllys (orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Notrya.
- MISSE, Michel. (1997), “As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio”. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, 2 (1): 93-116.
- MISSE, Michel. (1999), *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Iuperj.
- STARK, David. (2012), *The sense of dissonance: Accounts of worth in economic life*. Princeton, Princeton University Press.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. (2008), “O pentecostalismo em contextos de violência: uma etnografia das relações entre evangélicos pentecostais e traficantes de drogas em Magé”. *Ciências Sociais e Religião / Ciencias Sociales y Religión*, 10 (10): 181-205.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. (2011a), *A construção social do “exbandido”: um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. Rio de Janeiro, 7Letras.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. (2011b), “De ‘corações de pedra’ a ‘corações de carne’: algumas considerações sobre a conversão de ‘bandidos’ a igrejas evangélicas pentecostais”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 54 (3): 449-478. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000300007>.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. (2023), *Matar, converter, incluir: a trama da violência urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Lamparina/Faperj.

Declaração de disponibilidade de dados não se aplica.